



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 17 de setembro de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,18% São Paulo	134.676 11/9 12/9 13/9 16/9	R\$ 5,510 (-1,02%)	Últimos 10/setembro 5,655 11/setembro 5,649 12/setembro 5,618 13/setembro 5,567	R\$ 6,133	10,40%	10,65%	Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02

ENERGIA

Governo estuda volta do horário de verão

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) vai se reunir para discutir medidas de combate à falta de chuvas e o impacto nos reservatórios. A antecipação em uma hora no relógio é uma possibilidade defendida pelo ministro Silveira

» RAFAELA GONÇALVES

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press



O ONS projetou, para este mês, crescimento de 3,2% para a carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) ante setembro de 2023

Diante de uma seca recorde no país, o governo avalia a volta do horário de verão, suspenso em 2019. O Ministério de Minas e Energia deve concluir, nos próximos dias, um estudo sobre a necessidade e viabilidade da medida. O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) também se reúne hoje para retomar a discussão sobre as medidas de combate à falta de chuvas e o impacto nos reservatórios.

O último boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), divulgado na sexta-feira, elevou a previsão para a carga nacional de energia em setembro, ao mesmo em que apontou um nível menor do que o esperado anteriormente para os principais reservatórios de hidrelétricas do país ao final deste mês.

O órgão projetou um crescimento de 3,2% para a carga de energia no SIN (Sistema Interligado Nacional) ante setembro de 2023, a 79.679 megawatts médios, contra 1,5% estimado há uma semana. Já para os reservatórios das usinas hidrelétricas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, a expectativa é de que atinjam apenas 46,9% da capacidade ao final deste mês, ante 47,4% previstos na semana anterior.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, já vem dando sinais sobre a volta do horário de verão. Ontem, ele reforçou que deve propor a medida à Casa Civil. Sem mencionar datas, ele ponderou que será necessário um amplo planejamento. "Vamos avaliar o contexto, e é muito provável que a gente proponha o horário de verão ao governo como uma decisão final", disse em entrevista à Rádio Itatiaia.

Escassez hídrica

A prática de adiantar os relógios uma hora durante os meses da primavera e do verão é adotada em diversos países e visa ao máximo aproveitamento da luz solar e, consequentemente, à redução do consumo de energia elétrica. No Brasil, foi instituído em 1931, em decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Ao longo dos governos que se sucederam, houve alternância entre sua aplicação ou não. A partir de 1985, o presidente José Sarney tornou o horário especial perene. Os governos seguintes mantiveram.

O fim do horário de verão foi oficializado durante o governo de Jair Bolsonaro, em abril de

2019. A justificativa foi a avaliação de que a reduzida economia de energia no período não era suficiente para justificar os efeitos negativos produzidos no relógio biológico da população.

Agora, Silveira dá outra interpretação e diz que, sim, é necessário reavaliar sua adoção ou não. "O horário de verão passa a ser uma realidade muito presente. Com essa escassez hídrica, no momento de pico, entre 18h e 20h, quando perdemos a energia solar e diminui a eólica, precisamos despachar a térmica", explicou Silveira.

O ministro lembrou que a situação atual é diferente de anos atrás, porque há um caixa de R\$ 9 bilhões para investir nas

distribuidoras, mas que é preciso aumentar a segurança e a resiliência do sistema, além de fazer o planejamento para 2026. "O efeito do horário de verão não é só de segurança energética, até porque não temos risco de uma crise energética, mas temos que aumentar a segurança e a resiliência do sistema, para garantir energia para todos os brasileiros e temos também que planejar 2026", enfatizou.

Apesar da orientação do MME, a decisão final depende do Palácio do Planalto. O ministro disse ainda que o retorno do horário de verão, além de necessário para a segurança energética, também deve impulsionar setores econômicos como comércio



O efeito do horário de verão não é só de segurança energética, até porque não temos risco de uma crise energética, mas temos que aumentar a segurança e a resiliência do sistema"

Alexandre Silveira,
ministro de Minas e Energia

e turismo, aquecendo a atividade durante o período em que os dias são mais longos.

Efetividade

A efetividade do horário de verão divide opiniões. Muitos acreditam que estender a luz solar mediante a mudança de horário é positivo, mas há também a parcela que acredita que a mudança de horário além de não apresentar resultados expressivos no consumo de energia é também prejudicial à saúde.

O professor da Universidade de São Paulo (USP), Pedro Luiz Côrtes, destacou que o consumo de energia elétrica tem se mantido alto em 2024 devido às temperaturas elevadas e à falta de chuvas. "Tradicionalmente, o nosso consumo é muito elevado durante o verão, pelo uso mais intensivo de aparelhos de ar-condicionado, ventiladores e reduz bastante no inverno", disse ao jornal da instituição.

"O que tem acontecido este ano é que o consumo subiu muito, em função do calor, são temperaturas de um período muito quente, e isso fez com que o consumo subisse muito. Um dado importante é que o consumo mínimo, que nós verificamos este ano em agosto, foi maior do que todos os picos de consumo que nós tivemos ao longo dos anos anteriores", destacou.

Apesar do cenário, embora o consumo de pico no final da tarde e início da noite ainda exista, o professor lembra que o maior consumo de energia atualmente ocorre no meio da tarde, devido ao uso de ar-condicionado. "O horário de verão, até a última vez em que ele foi adotado, ainda apresentava algum resultado em termos de economia de energia. Não tão significativa proporcionalmente quanto fora em anos anteriores, mas ainda ocorria", avaliou.

POLÍTICA MONETÁRIA

Focus indica alta da Selic

Economistas do mercado financeiro elevaram as projeções para a inflação, o câmbio e o crescimento da economia brasileira em 2024. O cenário mais desafiador pode influenciar na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne amanhã e quarta-feira para discutir a taxa básica de juros (Selic). Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passou de 4,30% para 4,35%, aproximando-se do teto da meta de inflação, de 4,5%.

Já a previsão para 2025 subiu de 3,92% para 3,95%. A projeção para 2026 também foi elevada, passando de 3,60% para 3,61%. A meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância

para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Segundo Volnei Eying, CEO da gestora Multiplike, os dados reforçam a pressão inflacionária que, somada ao câmbio, indicam um aumento das perspectivas de alta da Selic. "Esse ambiente mais desafiador poderá influenciar diretamente a Super Quarta, quando o Banco Central e o Federal Reserve divulgarem suas decisões sobre as taxas de juros", afirmou.

A maioria das apostas são para uma alta de 0,25 ponto percentual da taxa, atualmente em 10,50% ao ano. "Embora a expectativa do mercado seja de aumento da Selic em 0,25%, não surpreenderia se o BC aumentasse essa semana em 0,50%, dado a força que o Focus vem desferir sucessivos aumentos, inclusive no PIB", avaliou Eying.

"O impacto pode ser uma desaceleração do crescimento econômico no curto prazo, devido ao crédito mais caro, mas com o objetivo de conter a inflação. Lembrando que após o aumento da Selic, demora cerca de seis meses para o efeito real aparecer na economia", completou.

A projeção Selic para 2024 ficou estável em 11,25%, após ter subido na semana passada. O número, por si só, já reforça a volta da alta dos juros. Por outro lado, a estimativa subiu para 2025, passando de 10,25% para 10,50%.

"A estabilidade da Selic em patamar ainda elevado e alta para 2025, acaba sugerindo que o Banco Central siga cauteloso, aguardando mais clareza no cenário macroeconômico, especialmente em relação ao ritmo da recuperação econômica e seus impactos nos preços", ponderou

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos.

PIB e câmbio

A mediana das projeções para o Produto Interno Bruto (PIB)

em 2024 também registrou alta, subindo de 2,68% para 2,96%. Para André Colares, CEO da Smart House Investments, o dado será também determinante na decisão do Copom. "A combinação de inflação alta e uma economia

Na véspera da reunião dos diretores do BC, mercado elava projeção de inflação

que cresce acima do esperado pode levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa, sem descartarmos a possibilidade de ajustes futuros nos juros para conter as pressões inflacionárias e o impacto do câmbio sobre os preços", disse.

Em relação ao câmbio, a projeção para o dólar em 2024 subiu de R\$ 5,35 para R\$ 5,40. O aumento na cotação da moeda norte-americana tem efeitos diretos na inflação, afetando diretamente os preços, visto que várias cadeias produtivas dependem de insumos importados, negociados em dólar. "O aumento na projeção do dólar para este ano pode beneficiar empresas exportadoras e o setor de commodities, mas representa um desafio adicional para o controle da inflação", destacou Fábio Murad, sócio da Ipê Avaliações. (RG)